

A IMPORTÂNCIA DO “ACESSO LIVRE”

Pedro Tiago Martins (*)

ptsgmartins@gmail.com

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Linguística da Universidade do Porto
(Portugal)*

Esta revista é gratuita. Isto significa que o leitor não teve de pagar rigorosamente nada para ter acesso a nenhum dos seus artigos nem precisou de estar ligado a uma rede com privilégios ou características especiais para proceder ao seu download. Também não teve de esperar algum tempo até que a publicação se tornasse gratuita. A única coisa de que precisou – além de interesse – foi algo que milhões de pessoas têm à sua disposição: uma ligação convencional à internet. A isto chama-se “Acesso Livre”, e a sua importância é imensa.

Neste caso específico, o acesso é facultado de uma maneira relativamente simples e independente. A revista tem um número ISSN (<http://www.issn.org/2-22635-What-is-an-ISSN.php>), uma licença Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/>) e o seu conteúdo é disponibilizado numa página criada de raiz, ligada à Universidade do Porto, que qualquer pessoa pode consultar. Este processo é bastante prosaico e, de certo modo, *ad-hoc*, mas a verdade é que é só um pequeno exemplo de uma prática que tem vindo a ser levada a cabo de uma forma sistemática por um conjunto de organizações, revistas e autores que, num esforço colectivo, têm como objectivo colocar o conhecimento onde merece estar: ao alcance de qualquer pessoa, *livre* em todas as acepções do termo.

Esse esforço teve início oficial em 2001, na Budapest Open Access Initiative (<http://www.soros.org/openaccess>), uma conferência que juntou pessoas de várias áreas do saber, empenhadas em tirar partido da tecnologia actual para beneficiar a ciência e o conhecimento de uma maneira até então impraticável: “An old tradition and a new technology have converged to make possible an unprecedented public good.”¹ Dois anos mais tarde, na Alemanha, foi escrita, sob a tutela do Instituto Max Planck (<http://www.mpg.de/english/portal/index.html>), a Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades

* Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências da Linguagem da Faculdade do Porto; Bolseiro Erasmus na Universidade de Helsínquia (2010/2011)

¹ <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>

(http://oa.mpg.de/files/2010/04/BerlinDeclaration_pt.pdf), documento que visou definir os termos do Acesso Livre e encorajar potenciais signatários a escolher esse caminho como forma primária de divulgação científica. Até à data, cerca de 300 organizações e universidades de todo o mundo já assinaram a declaração (<http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/signatoren/>). Poderia ser argumentado que uma iniciativa deste tipo vai contra os direitos intelectuais dos autores, mas na verdade nenhum desses direitos é violado; apenas o modo de distribuição é alterado, não estando implicado qualquer tipo de alteração ao estatuto académico ou científico dos autores.

O “movimento Acesso Livre”, além de um filosofia de publicação inovadora (embora simples), já deu também origem a plataformas concretas que apoiam esse novo paradigma. John Willinsky (<http://ed.stanford.edu/faculty/willinsk/>), professor na Universidade de Stanford, desenvolveu – e continua a desenvolver e a incentivar outros a fazer o mesmo – o PKP - Public Knowledge Project (<http://pkp.sfu.ca/>), uma ideia assente num software (gratuito) que, tendo como base as directrizes do Acesso Livre, possibilita a publicação e organização de revistas, conferências e arquivo dos mesmos, tudo de uma forma *livre*. Trata-se, portanto, de uma poderosa ferramenta de trabalho para quem apoia a liberdade de acesso ao conhecimento, que é de todos. A expressão “*o conhecimento é de todos*” não têm um significado apenas moral; na prática, em muitos casos o conhecimento é *literalmente* de todos: (i) muitos dos projectos de investigação dependem parcial ou totalmente de dinheiro público; (ii) publicar é um dos objectivos de um professor/investigador pertencente aos quadros de uma universidade, nomeadamente de uma universidade pública. Isto significa que, nesses casos, ao pagar para ter acesso a um artigo, o interessado está na verdade a pagá-lo pela segunda vez.

O impacto financeiro positivo que o Acesso Livre pode ter nas instituições é tremendo. Algumas publicações são acessíveis apenas através de assinaturas de milhares de euros. Aquilo que é “só mais uns trocos” para algumas instituições é obstáculo para outras – especialmente em países em desenvolvimento –, que têm de se limitar a assinar uma pequena parte das revistas a que, enquanto membros da comunidade académica, deveriam ter acesso e de que beneficiariam bastante. Projectos como o já mencionado PKP ou o Bioline International ² (<http://www.bioline.org.br/>) facilitam e/ou possibilitam também a publicação e divulgação daquilo que se faz nesses países, que, de outro modo, pode nunca ver a luz do dia, servindo assim de catalisadores do seu desenvolvimento académico e científico.

O Acesso Livre não é a descoberta da pólvora, mas terá, certamente, um papel importante no avanço da ciência e disseminação do conhecimento nos anos que aí vêm. Esse avanço vai ter como protagonistas naturais a nova geração de estudantes e investigadores. Por essa razão, o aparecimento deste tema nesta revista reveste-se de um interesse especial.

² “[...] a not-for-profit scholarly publishing cooperative committed to providing open access to quality research journals published in developing countries.”